

Diagnóstico da ATP propõe revisão em seguro portuário

Associação que representa terminais privados quer inclusão de risco climático e mais seguradoras no mercado

BÁRBARA FARIAS
DA REDAÇÃO

A Associação de Terminais Portuários Privados (ATP) propõe a revisão dos seguros portuários obrigatórios a partir de um estudo apresentado pelo setor, em parceria com o Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), denominado Diagnóstico de Seguros em Terminais Portuários Autorizados.

O documento aponta entraves práticos, jurídicos e financeiros que dificultam a contratação, a manutenção e a efetividade das apólices no setor, além da ausência de coberturas para eventos climáticos extremos, como enchentes, vendavais, granizo, marés de tempestade, secas e ondas de calor. Com base em questionários e entrevistas, o estudo identificou que os terminais de uso privado (TUPs) enfrentam uma combinação de riscos regulatórios, ambientais, operacionais, econômicos e, especialmente climáticos.

O levantamento identificou os fatores que elevam os custos das apólices. Em entrevista para A Tribuna, o presidente da ATP, Murillo Barbo-

sa, disse que o principal fator para a redução de valores “é a realização de uma matriz de riscos detalhada para que a contratação do seguro não seja abrangente. Além disso, outro fator seria a existência de novas seguradoras no mercado, a fim de ampliar a concorrência, e, consequentemente, diminuir o custo. Por fim, temos o risco Brasil, que poderia ser reduzido caso houvesse maior segurança jurídica”.

Barbosa afirmou que o alto custo das apólices decorre ainda do descompasso entre o valor do prêmio e das coberturas necessárias para proteger ativos portuários de grande porte e receitas elevadas. Segundo ele, a falta de conhecimento técnico das seguradoras

sobre as operações do setor leva à adoção de margens conservadoras, coberturas excessivas e modelagens genéricas baseadas no risco Brasil, agravadas pela escassez de dados confiáveis sobre sinistros.

Ele destacou ainda que o processo de cotação é lento e burocrático, muitas vezes inviabilizando renovações dentro do prazo e criando risco de períodos descobertos. Barbosa acrescentou que o baixo apetite ao risco das seguradoras, somado à pouca concorrência no mercado especializado, especialmente no ramo de responsabilidade civil portuária, mantém preços elevados, condições rígidas e reduz a oferta de produtos mais adequados às necessidades dos terminais.

PRÓXIMOS PASSOS

O presidente da Associação de Terminais Portuários Privados (ATP), Murillo Barbosa, disse que o diagnóstico em parceria com o Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) foi o primeiro passo para ajustar a questão dos seguros, mas que a ATP mantém “conversa com as seguradoras, com a Antaq (Agência Nacional de Transportes Aquaviários), com o MPor e com a Susep (Superintendência de Seguros Privados) para definir o próximo encaminhamento”.

DIFERENÇAS

Adilson Teixeira, diretor comercial da Umma Seguros, explica que há diferenças relevantes entre os seguros voltados a TUPs e aqueles para terminais em portos organizados. “Os TUPs operam sob regime de autorização, com maior autonomia, mas também maior exposição direta a riscos ambientais, patrimoniais e de responsabilidade civil. Já nos portos organizados, parte dos riscos é compartilhada com a autoridade portuária e diluída em contratos de arrendamento”. Para o executivo, a profissionalização da gestão de riscos e seguros será decisiva para a sustentabilidade dos terminais privados. “O setor portuário opera infraestrutura crítica, de alto valor e baixa padronização. Tratar o seguro como estratégia, e não apenas como custo, é fundamental para garantir continuidade operacional e segurança jurídica”.

